AS CONTRIBUIÇÕES DA ARTE PARA O DESENVOLVIMENTO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA

RENILDA AIRES PENHA DA COSTA

RESUMO

Atualmente, a Educação Inclusiva tem ganhado destaque nas discussões políticas e educacionais. No Brasil, ao contrário de outros países, esse tema começou a ser tratado recentemente, nas últimas décadas, tornando-se uma preocupação significativa da Gestão Pública a partir dos anos 1970. A discussão sobre Educação Especial no Brasil passou por mudanças significativas, onde a sociedade começou a reconhecer a dignidade como um direito fundamental do ser humano. No entanto, para que as pessoas com deficiência fossem devidamente representadas nesse debate, foi necessário percorrer um longo caminho de lutas pela preservação e respeito de seus direitos. Esse período viu a criação de instituições públicas e privadas, além de normas legislativas em níveis federal, estadual e municipal, todas destinadas a garantir a aprendizagem dos educandos com necessidades especiais e exigindo das escolas um olhar diferenciado. Entre as diversas estratégias, destaca-se o trabalho com a Arte, pois essa disciplina possibilita o desenvolvimento de formas diversas de linguagem e expressão, como corporais, cognitivas e não verbais. Além disso, a disciplina pode ser uma alternativa valiosa no processo de inclusão, enfatizando formas não verbais de expressão, como trabalhos manuais com materiais como massinha de modelar, argila, areia, tintas, estímulos táteis e visuais, além do desenho como meio de expressar pensamentos que podem ser difíceis de verbalizar. A Arte, no contexto da inclusão, oferece vivências sensoriais essenciais durante diversas atividades, proporcionando a oportunidade de plasticidade neural e estimulando de forma satisfatória, o estudante com TEA a perceber o mundo ao seu redor de uma maneira única. Um olhar cuidadoso, utilizando diferentes estratégias e ferramentas, contribui para que esses educandos se relacionem melhor com o mundo ao seu redor e consigo mesmos. A presente pesquisa teve como objetivo realizar uma revisão narrativa da literatura para investigar as contribuições da Arte no desenvolvimento de estudantes com deficiência. Os resultados indicaram que a Arte pode potencializar o processo de ensino e aprendizagem, além de promover o desenvolvimento desses educandos, servindo como uma alternativa para a inclusão e para melhorar sua autonomia.

Palavras-chave: Inclusão; Arte; Legislação; Atendimento Educacional Especializado.

ABSTRACT

Currently, Inclusive Education has gained prominence in political and educational discussions. In Brazil, unlike other countries, this topic began to be addressed recently, in the last decades, becoming a significant concern in Public Management from the 1970s onwards. The discussion on Special Education in Brazil has undergone significant changes, where the Society began to recognize dignity as a fundamental human right. However, for people with disabilities to be properly represented in this debate, it was necessary to go through a long path of struggles for the preservation and respect of their rights. This period saw the creation of public and private institutions, in addition to legislative standards at federal, state and municipal levels, all aimed at guaranteeing the learning of students with special needs and requiring schools to take a different approach. Among the various strategies, work with Art stands out, as this discipline allows the development of different forms of language and expression, such as bodily, cognitive and non-verbal. Furthermore, the discipline can be a valuable alternative in the inclusion process, emphasizing non-verbal forms of expression, such as manual work with materials such as modeling clay, clay, sand, paints, tactile and visual stimuli, in addition to drawing as a means of expressing thoughts that may be difficult to verbalize. Art, in the context of inclusion, offers essential sensory experiences during various activities, providing the opportunity for neural plasticity and satisfactorily stimulating students with ASD to perceive the world around them in a unique way. A careful look, using

different strategies and tools, helps these students relate better to the world around them and to themselves. The present research aimed to carry out a narrative review of the literature to investigate the contributions of Art in the development of students with disabilities. The results indicated that Art can enhance the teaching and learning process, in addition to promoting the development of these students, serving as an alternative for inclusion and improving their autonomy.

Keywords: Inclusion; Art; Legislation; Specialized Educational Service.

INTRODUÇÃO

A Educação Especial é uma área educacional dedicada à inclusão de estudantes que anteriormente eram excluídos tanto do ambiente escolar quanto da sociedade. Em contraste com outros países onde foi implementada por legislação muito antes, no Brasil, essa abordagem diferenciada emergiu apenas a partir da década de 1970, apesar da presença de órgãos e instituições dedicados ao atendimento especializado de pessoas com deficiência.

Como problemática, a escola tradicional foi concebida para atender a um perfil específico, mas ao longo do tempo e com as mudanças sociais, esse modelo deixou de atender às necessidades da população como um todo. Nesse sentido, se exigiu uma reformulação e inovação em todo o sistema educacional, com estratégias de ensino que considerassem o atendimento individualizado, respeitando as diferenças de cada estudante.

A Educação Especial foi introduzida pela primeira vez na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1961. Em 1973, o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) foi criado, vinculado ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), com o objetivo de centralizar as políticas educacionais e promover o desenvolvimento dos indivíduos com deficiência para a autorrealização, qualificação para o trabalho e integração social.

A partir desses eventos, diversos órgãos foram criados, substituídos ou extintos, em resposta à pressão da população por meio de diferentes movimentos e organizações, culminando na promulgação de leis favoráveis à inclusão. Assim, a inclusão no ambiente escolar tornou-se um tema amplo e complexo, abrangendo não apenas os educandos com deficiências, mas todos os alunos no processo educacional.

Portanto, várias discussões pedagógicas foram realizadas para promover o desenvolvimento desses educandos. Especificamente, o ensino de Arte destacou-se ao contribuir de maneira diferenciada para o desenvolvimento dos estudantes com deficiência, o que justifica a presente pesquisa.

Assim, como objetivo realizar uma revisão narrativa da literatura para investigar as contribuições da Arte no ensino; e como objetivos específicos, no desenvolvimento de estudantes com deficiência.

DESENVOLVIMENTO

EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E A PSICOPEDAGOGIA

Atualmente, a Educação Especial e Inclusiva é parte integrante do discurso político na Educação Básica, abrangendo esferas federal, estadual e municipal conforme a Resolução nº 2/2001. A inclusão educacional deve ser um processo progressivo que assegure os direitos educacionais dos estudantes com deficiências, implicando mudanças estruturais, administrativas e pedagógicas no sistema de ensino.

Para acolher os educandos, é crucial oferecer acessibilidade, recursos técnicos, serviços especializados e uma proposta pedagógica que favoreça seu processo de aprendizagem.

Segundo Kassar (2011), documentos recentes da Secretaria de Educação Especial destacam a construção de "sistemas educacionais inclusivos" em toda a Educação Básica, garantindo desde a matrícula até a permanência dos educandos, com possibilidade de Atendimento Educacional Especializado conforme necessário para complementar ou suplementar a educação regular.

É fundamental reconhecer que todas essas ações fazem parte de um processo contínuo que requer ajustes nos planos escolares, recursos e diretrizes para promover a verdadeira inclusão. Mudanças significativas envolvem não apenas aspectos administra-

tivos, mas também a estrutura organizacional das escolas e as práticas didáticas em sala de aula (SAGE, 1999).

As crianças que apresentam deficiência ainda enfrentam desafios ao frequentar escolas no processo de inclusão, especialmente aquelas que não foram diagnosticadas. Em 2014, o MEC/SECADI/DPEE instituiu a Nota Técnica nº 04/2014, uma conquista significativa. Esta nota aboliu a exigência de laudo médico para a inclusão dessas crianças em atividades e Atendimento Educacional Especializado (AEE), considerando que essa exigência restringe o direito garantido pela Constituição de 1988.

Coll (1989) argumenta que crianças com deficiência necessitam de acompanhamento especializado para seu pleno desenvolvimento, como orientação psicossociologia de especialistas em educação e psicólogos com expertise na área educacional.

Segundo o autor, o trabalho do psicopedagogo assume relevância. É essencial que o olhar pedagógico se direcione para uma perspectiva inclusiva, criando um ambiente escolar acolhedor para essas crianças. Dessa forma, os docentes precisam receber orientação psicopedagógica para desenvolver as melhores formas e práticas de intervenção. O foco no desenvolvimento da autonomia é crucial para o progresso desses educandos.

O psicopedagogo deve identificar as limitações e necessidades reais, especialmente daquelas crianças sem diagnóstico, adaptando o trabalho docente às exigências individuais e ao currículo. Reconhecendo a realidade de cada criança, o psicopedagogo deve elaborar planos individuais que facilitem seu desenvolvimento e autonomia. Um enfoque preventivo beneficia não apenas os educadores, mas também as crianças envolvidas, pois metodologias inadequadas mais contribuem para a exclusão do que para a inclusão. Portanto, o psicopedagogo deve acompanhar todo o processo, incluindo os resultados obtidos.

Weiss (1994, p. 97) ressalta: "o levantamento, a compreensão, a análise das práticas escolares em suas relações com a aprendizagem. Junto com os demais profissionais da escola, promoveria a construção de novas práticas que melhorem a aprendizagem."

É importante destacar que muitos docentes ainda resistem às mudanças, o que pode dificultar o processo de inclusão dessas crianças.

A Psicopedagogia institucional é um campo de estudo que vem se desenvolvendo como ação preventiva de muita importância, mas é vista como ameaçadora, pois tem por objetivo fortalecer a identidade do grupo e transformar a realidade escolar. Torna-se ameaçadora, pois em muitos casos, o psicopedagogo poderá propor mudanças para que determinadas crianças aprendam, mas, infelizmente, muitos educadores resistem a essas mudanças e interpretam o que lhes foi dito como se não estivessem dando conta do papel que exercem (VERCELLI, 2012, p.3).

Portanto, o psicopedagogo precisa estar atento às crianças com deficiências, especialmente aquelas sem diagnóstico, além de apoiar os docentes durante as intervenções e enfrentamento de problemas. A atenção deve ser voltada tanto para as crianças diagnosticadas quanto não diagnosticadas.

O ENSINO DE ARTE NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Em particular, no que tange à disciplina de Arte, as Diretrizes Curriculares da Educação Infantil destacam a importância de atividades que estimulem a sensibilidade e a criatividade das crianças, permitindo que elas se expressem através de diversas manifestações artísticas e culturais (BRASIL, 2009).

Borges (2015) argumenta que o objetivo do ensino de Arte nas escolas não deve ser a formação de artistas, mas sim a ampliação do repertório cultural dos alunos, o desenvolvimento da psicomotricidade e a promoção da socialização.

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), a Arte é reconhecida como uma disciplina com códigos e símbolos específicos, oficialmente reconhecida como área de conhecimento. Portanto, estabelece que:

A educação em arte propicia o desenvolvimento do pensamento artístico e da percepção estética, que caracterizam um modo próprio de ordenar e dar sentido à experiência humana: o aluno desenvolve sua sensibilidade, percepção e imaginação, tanto ao realizar formas artísticas quanto na ação de apreciar e conhecer as formas produzidas

por ele e pelos colegas, pela natureza e nas diferentes culturas (BRASIL, 2000, p. 19).

No contexto das Diretrizes Curriculares de Arte voltadas para o Ensino Fundamental, uma intervenção apropriada na disciplina envolve o uso de recursos artísticos como perspectiva, anatomia, luz, sombra, cores e composição. Martins (2003), associa a cultura e o desenvolvimento humano ao ensino de Arte, necessitando ser conduzido de maneira envolvente e estimuladora, proporcionando espaço para a imaginação, a criatividade e a capacidade inventiva das crianças.
Ou seja, a Arte tem a potencialidade de desenvolver diversas competências e habilidades, promovendo um olhar diferenciado para a diversidade. Ela também oferece propostas flexíveis e discussões que incentivam os docentes a repensarem suas práticas e didáticas, buscando contemplar a diversidade de produções artísticas e as múltiplas concepções que definem esse tipo de conhecimento (FREITAS, 2007).
Assim, a Arte, a música, a dança e o teatro desempenham um papel significativo na formação das crianças, auxiliando na aquisição da leitura e da escrita formal, proporcionando uma compreensão mais profunda do mundo e contribuindo para a formação de cidadãos críticos, reflexivos e criativos.
A disciplina desempenha um papel crucial no desenvolvimento de diversas funções psicológicas, promovendo a interação, a criatividade e a imaginação em diferentes espaços e contextos sociais.
Ao longo da história, a Arte tem sido uma parte integral da vida humana desde os primórdios da civilização. Suas manifestações ocorrem de várias formas, refletindo a criatividade e as interações individuais com o mundo circundante. Assim, a Arte se torna uma maneira essencial para expressar, representar e trocar experiências.
Ferraz e Fusari (1993) destacam que indivíduos com deficiência, dependendo do grau, podem enfrentar dificuldades significativas para verbalizar pensamentos, sentimentos e emoções. Nesse contexto, o trabalho com a Arte possibilita expressar o que não pode ser facilmente comunicado apenas com palavras.

De acordo com Bueno (2002), o estudo de imagens contribui para mediar o conhecimento, trazendo resultados importantes na formação e nas relações sociais dos estudantes, especialmente aqueles com deficiência.
Ou seja:
Inicialmente focado no processo de inclusão, Pereira et al. afirmam a importância de os educadores cultivarem com esses alunos a tolerância, paciência, solidariedade, amizade e confiança. Eles ilustram isso com o exemplo do comportamento de crianças autistas, enfatizando a necessidade de considerar suas dificuldades de comunicação, desafios na fala e mudanças repentinas de humor (PEREIRA et al., 2013, p. 65).
Portanto, o ensino de Arte deve ser orientado para facilitar o conhecimento e o desenvolvimento desses estudantes, independentemente do tipo de deficiência, com foco no desenvolvimento de habilidades específicas:

As possibilidades são condições humanas e estão baseadas nas interações socioculturais e que estabelecerão o seu diferencial, pois é na exploração dessas possibilidades que se determinará sua transformação (BUENO, 2002, p. 24)

O ensino e a aprendizagem da Arte podem ser reconsiderados à luz das diversas Teorias Cognitivas que sugerem uma mudança na concepção da Arte, não apenas como forma de expressão, mas também como um nível de operações cognitivas e esquemas mentais formados através da imagem (EFLAND, 2005).
Nesse contexto, a aprendizagem artística não ocorre apenas por meio da comunicação verbal, mas também por metáforas visuais, explorando o sentido imagético:

[...] dar respostas às suas necessidades, de um modo geral, bem como aos que apresentam necessidades específicas muito diferentes dos demais. Considera os alunos, de um modo geral, como passíveis de necessitar, mesmo que temporariamente, de atenção específica e poder requerer um tratamento diversificado dentro do mesmo currículo (BRASIL, 1998, p. 24).

Para estudantes com deficiência intelectu-

al, têm sido necessárias várias adaptações pedagógicas para facilitar sua inclusão nas salas de aula regulares. Essas práticas estão centradas no Atendimento Educacional Especializado (AEE), em escolas comuns, onde muitas vezes ocorrem atividades repetitivas sem significado pessoal.

Essas abordagens não promovem o desenvolvimento intelectual, pois não geram novidades e apenas colocam esses alunos em uma posição funcional inferior, limitada e enfraquecida diante do conhecimento (MANTOAN, 2003).

Portanto, o ensino de Arte se destaca por seu caráter lúdico, incentivando a participação espontânea e sem regras rígidas ou limitações. Assim, os indivíduos exploram a Arte pelo prazer da descoberta. Isso confere à disciplina uma importância significativa nas oportunidades oferecidas aos estudantes com deficiências, permitindo que participem independentemente de suas limitações.

A Arte tem o poder de nivelar as diferenças, e, portanto, os educadores devem estimular o aprendizado através da música, dança e expressão corporal, nas quais os estudantes com deficiência participam pelo prazer que essas atividades proporcionam.

Em resumo, a Arte na Educação Especial é eficaz e inclusiva ao desenvolver múltiplas inteligências, abrangendo não apenas aspectos cognitivos, mas também intuitivos, sensoriais e percepção espacial.

E AOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA?

A falta de relações afetivas significativas entre a criança e seus pais, especialmente a mãe, pode levar a criança a ignorar estímulos externos. Gradualmente, a criança percebe a ausência desses estímulos, reprime-os até internalizá-los como inexistentes, concentrando-se em seus próprios estímulos internos e se fechando para o mundo exterior, vivendo em um mundo só seu.

A evolução na classificação das possíveis causas do Transtorno do Espectro Autista (TEA), permitiu que novas possibilidades fossem consideradas, levando em conta as interações do indivíduo autista com o ambiente, as pessoas e os objetos ao seu redor. Hoje, a síndrome é definida como um transtorno do comportamento que pode comprometer o desenvolvimento motor e psiconeurologico, afetando a cognição, a linguagem e as interações sociais.

Entre os Transtornos Globais de Desenvolvimento TEA é o maior representante, caracterizado por um desenvolvimento anormal ou alterado, manifestado antes dos três anos de idade, havendo uma perturbação característica do funcionamento em cada um dos três domínios seguintes: interação social, comunicação e comportamento focalizado e repetitivo, além de (...) manifestações inespecíficas, como fobias, perturbações do sono, ou da alimentação, crises de birra, ou agressividade (autoagressividade) (STEINER, 2002 apud ORRÚ, 2012, p. 24).

No contexto escolar, Tardif (2000) discute o ensino desses estudantes considerando o padrão disseminado por organizações de pesquisa, como o Council for Exceptional Children (CEC, 2009). Este conselho apresenta um capítulo exclusivo sobre as competências e habilidades que os docentes devem desenvolver, descritas em um manual de orientação para o ensino desses estudantes. É importante destacar que, para elas, a aprendizagem não ocorre da mesma forma que as outras. Existe uma relação desigual entre a significação e as sinapses cerebrais, fazendo com que as informações recebidas não se transformem completamente em conhecimento. Portanto, o docente deve estar atento a essas diferenças, pois as crianças autistas estão na escola não apenas para se socializarem, mas também para aprenderem.

A convivência do estudante autista na escola e sua inclusão no ensino regular comum possibilitam o contato social, favorecendo não apenas seu desenvolvimento, mas também o das outras crianças, que convivem e aprendem com as diferenças. A escola oferece oportunidades para a criança autista conviver com outras da mesma faixa etária, estimulando suas capacidades interativas e evitando o isolamento contínuo. As habilidades são passíveis de serem adquiridas pelas trocas que ocorrem nesse ambiente.

Contudo, quando o ambiente não é adequado à inclusão, a possibilidade de ganhos no desenvolvimento do estudante autista pode se transformar em prejuízo para todas as crianças. Isso destaca a necessidade de uma reestruturação geral do sistema social e es-

colar para que a inclusão se efetive conforme previsto na legislação.
Uma inclusão adequada, mesmo que o estudante apresente deficiências cognitivas significativas e dificuldades em relação ao currículo da Educação Básica comum, como frequentemente ocorre no Transtorno do Espectro Autista, pode beneficiar o desenvolvimento das experiências sociais. O aprendizado de coisas simples na convivência com os colegas de classe, como conhecer-se e estabelecer relações, pode tornar essas crianças mais autônomas e independentes, finalmente conquistando seu lugar na família, na escola e na sociedade.
Portanto, pensando no processo de inclusão, a Educação Especial deve ser integrada à proposta pedagógica da escola de ensino regular, promovendo o atendimento aos estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento, entre outras síndromes.
Nesse sentido, a Educação Especial deve direcionar suas ações para atender às especificidades dos estudantes, e, de forma mais ampla, orientar a organização escolar, a formação continuada, a identificação de recursos e serviços, e o desenvolvimento de estratégias pedagógicas que incluam verdadeiramente esses educandos.
A arte, em especial, possui uma abordagem diferenciada sobre a diversidade. Diversos autores enfatizam o ensino da Arte para auxiliar no processo de inclusão, e com os estudantes com TEA não é diferente. Metodologias aplicadas nesse sentido têm mostrado bons resultados, ajudando essas crianças a se desenvolverem melhor.
Além disso, a Arte tem indicado novos caminhos para práticas e concepções dentro do ambiente escolar. A Arte apresenta propostas flexíveis e definições que levam o docente a repensar sua didática, buscando contemplar a diversidade de produções artísticas e as múltiplas concepções que definem esse tipo de conhecimento (FREITAS, 2007).
No caso do TEA, a Arte possibilita uma transformação contínua da existência, graças à flexibilidade de suas metodologias. Isso significa que os atos de criar e de conhecer são indissociáveis, e a flexibilidade deve estar presente em todas as atividades para que o estudante aprenda e compreenda seu significado.
O Ministério da Educação no Brasil classifica a Arte como uma área de conhecimento que "possibilita o desenvolvimento global do ser humano e a relação inter e intrapessoal, na busca da identidade e do exercício da cidadania" (BRASIL, 2012).
Portanto, o trabalho com a Arte é fundamental para estudantes autistas, pois oferece um olhar diferenciado para a diversidade. Por exemplo, as crianças costumam se expressar por meio de desenhos. Esses desenhos revelam o subconsciente, expressando sentimentos, vontades, aflições, comportamentos e relações familiares.
Para estudantes com TEA, a Arte é uma forma de vida, permitindo que se expressem de maneiras únicas e até então não vistas. Quando o docente utiliza a Arte como meio de reconstrução e desenvolvimento, ele abre espaço para novas possibilidades, elimina barreiras e cria formas de expressão e interação.
De acordo com Grandin:

> Os professores precisam ajudar crianças autistas a desenvolverem seus talentos. Acho que há ênfase demais nas deficiências e pouca ênfase em desenvolver capacidades. Por exemplo, a arte costuma aparecer bem cedo. Em encontros sobre autismo, pais, professores e pessoas autistas já me deram desenhos fantásticos feitos por crianças bem novas. Em alguns casos, crianças autistas de apenas sete anos de idade sabem desenhar com perspectiva tridimensional (GRANDIN, 2011, p. 124).

Ciria (1993 apud FERNANDES, 2010) complementa que atividades como as citadas acima desenvolvem o aspecto sensorial, pois:

> A mão é o segundo cérebro, e indica a importância e a funcionalidade das mãos. Elas possibilitam que "o sistema háptico" desenvolva sua função centrada "em seu papel de exercer o desenvolvimento evolutivo como conhecimento do mundo, dos objetos e da construção da realidade, primeiro sensório-motriz, e segundo, em nível representativo" (FERNANDES, 2010, p.56).

Diferenciar o nível de aprendizagem de um estudante com TEA em relação a um que não possui, a partir do cognitivo, é essencial para planejar e definir objetivos. Segundo Nilsson (2004), o estudante apresenta um pensamento literal, concreto, visual e fragmentado:

Os estímulos sensoriais são processados um de cada vez, enquanto em um indivíduo não autista, os estímulos são recebidos de forma coordenada e simultânea: "Pessoas com autismo pensam de sua própria maneira associativa, e isto torna difícil de manter uma conversação, mesmo quando eles têm a habilidade de usar a linguagem" (NILSSON, 2004, p. 52-53).

Por isso, o trabalho com Arte tem sido amplamente reconhecido por diferentes pesquisadores. No caso dos indivíduos com autismo, ainda há muito a ser explorado. Diferentes métodos alternativos visam desenvolver a capacidade da linguagem e da oralidade, promovendo a produção espontânea através do uso do não verbal. Assim, sem o uso das palavras, a comunicação com o estudante autista deve ser feita de forma individualizada e adaptada ao seu nível de abstração.
A Arte, em particular, cumpre essa função utilizando materiais específicos e outros estímulos táteis e visuais que visam garantir um bom desenvolvimento desses estudantes. Essa estratégia torna-se lúdica, e os resultados podem ser observados imediatamente (FERNANDES, 2010).
Nesse contexto, a Arte para o estudante com autismo pode se tornar um meio de comunicação, permitindo que ele se expresse através de imagens e interaja com o ambiente escolar, promovendo avanços nas relações sociais.
Assim, a inclusão das crianças deve primeiramente garantir a participação dessas crianças no processo de ensino e aprendizagem. A escola precisa se comprometer com o desenvolvimento dessas crianças, focando no processo de inclusão e oferecendo materiais e práticas que proporcionem uma aprendizagem personalizada, levando em consideração as necessidades específicas de cada uma:

Criar e organizar estratégias que percebam as questões individuais e de grupo, que permeiam o processo de aprendizagem, e utilizá-las a seu favor, seja como pistas para estudo e pesquisa, seja como produção de práticas pedagógicas que tencionem permanentemente os processos de ensino e aprendizagem implementados em sala de aula (HATTGE e KLAUS, 2014, p. 330).

Isso ocorre porque os processos cognitivos e o funcionamento cerebral das crianças com TEA não processam informações da mesma forma, dificultando a geração de conhecimento imediato. Portanto, é essencial que os docentes estejam atentos, garantindo que os direitos educacionais dessas crianças sejam preservados e assegurados.
Orrú (2012) discute que uma das características mais marcantes no desenvolvimento de crianças autistas são os déficits de comunicação e linguagem, resultando em um atraso em relação às outras crianças de sua faixa etária e ciclo educacional.
Essas dificuldades também podem ser observadas no contexto social ao qual pertencem, especialmente no Brasil, onde a educação muitas vezes é negligenciada, fazendo com que a criança autista se sinta inferior: "[...] cabe exatamente ao processo educacional destas pessoas a tentativa de desenvolvimento dessas insuficiências através do que são capazes de realizar investindo no processo de interação com o grupo social" (CRUZ, 2014, p. 60).
Portanto, é necessário considerar as habilidades da criança durante o processo educacional:

No caso do autista, o que está em jogo são as habilidades. É nelas que se deve investir para, assim, desenvolver as inabilidades (...). Isso reafirma a necessidade de não se esperar um comportamento dado, ao que a maioria dos indivíduos do espectro autista não corresponde (BASÍLIO e MOREIRA, 2014, s/p.).

O docente pode contribuir para o desenvolvimento da criança utilizando "[...] todos os recursos disponíveis relacionados à socialização, aquisição de linguagem e comunica-

ção, e adequação de comportamentos" (SILVA, 1997, p. 158).

Assim, o docente precisa, em seu trabalho, desenvolver sentimentos como paciência, tolerância, solidariedade, amizade, respeito e confiança na turma, para que a criança compreenda sua presença e importância naquele espaço, tanto pelo comportamento do docente quanto pelo comportamento da turma, considerando que as crianças autistas apresentam dificuldades de comunicação e alterações repentinas de humor.

Contudo, é importante destacar que nem tudo no processo de inclusão é fácil. A presença de crianças com deficiência nas classes regulares de ensino comum tem gerado sentimento de impotência, angústia e até frustração em muitos docentes e profissionais da educação, devido às especificidades que muitas vezes não são atendidas pelas práticas pedagógicas. Isso aumenta a dificuldade de desenvolver um trabalho de intervenção adequado e significativo para essas crianças (MATOS e MENDES, 2014).

Quando os docentes percebem que uma criança apresenta dificuldades fora do comum, muitas vezes têm receio de conversar com os pais ou responsáveis sobre suas observações, pois muitos não aceitam inicialmente que a criança possui algum tipo de deficiência, o que pode dificultar o diálogo entre docentes e responsáveis sobre o assunto (BRASIL, 2003).

Portanto, a participação da família junto à escola pode tanto contribuir para o sucesso quanto para o fracasso da inclusão. Muitas vezes, observa-se que algumas famílias acreditam não ter a responsabilidade de acompanhar o que está sendo desenvolvido no Atendimento Educacional Especializado (AEE), achando que o importante é apenas que seu filho frequente as aulas, sem dar continuidade ao processo em casa.

Assim, segundo Castro e Regattieri (2009), é necessário fortalecer as formações docentes e criar uma rede de apoio que envolva docentes, gestores e famílias, para garantir um retorno efetivo de uma educação inclusiva de qualidade. Além disso, a participação das famílias deve ser vista como uma parte fundamental na constituição desse trabalho e durante todo o planejamento educacional. Cabe também à escola oferecer Atendimento Educacional Especializado (AEE), enfatizando o apoio social à família, o que influenciaria diretamente no desenvolvimento dessas crianças.

CONCLUSÃO

As discussões deste estudo focaram na investigação da relação e das contribuições do ensino de Arte como estratégia de inclusão na Educação Especial. Foi observado que nem todos os indivíduos têm o mesmo ritmo de aprendizagem, o que pode resultar em dificuldades para alcançar os objetivos escolares esperados para o ano letivo. Essas dificuldades são frequentemente atribuídas à didática e metodologia dos docentes, bem como a fatores neurológicos que impactam a aprendizagem, especialmente em crianças com problemas cognitivos.

O ensino de Arte desempenha um papel transformador na vida de crianças com deficiências ao aplicar propostas pedagógicas específicas, permitindo que elas desenvolvam uma percepção positiva de si mesmas através do ludismo, promovendo o desenvolvimento espacial, temporal e social.

Portanto, é essencial que os docentes planejem ações e estratégias que incentivem a participação de todos os alunos, ajudando-os a superar seus próprios limites e promovendo a integração e inclusão das crianças com necessidades especiais. No caso específico das crianças com TEA, a Arte oferece oportunidades contínuas de transformação, permitindo que elas aprendam de maneira significativa ao explorar e brincar, compreendendo o mundo ao seu redor de forma mais flexível e adaptativa.

REFERÊNCIAS

BASÍLIO, A.; MOREIRA, J. Autismo e escola: os desafios e a necessidade de inclusão. Disponível em: http://refaf.com.br/index.php/refaf/article/viewFile/265/pdf. Acesso em: 15 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 4024 de 20 de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. /LDB/204024-61. Acesso em: 01 mai. 2020.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. 2012. Disponível

em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014 /2012/lei/l12764.htm> Acesso em 31 abr. 2020.
BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Parâmetros Curriculares Nacionais: Arte. Secretaria de Educação Fundamental. Caracterização da área de arte. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. Cap.1, p. 19-43.
BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais : Adaptações Curriculares. Secretaria de Educação Fundamental. Secretaria de Educação Especial. – Brasília: MEC /SEF/SEESP, 1998.62 p.1. Parâmetros curriculares nacionais. 2. Adaptações Curriculares: Ensino de primeira a oitava série.
BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF,1998. v. 1 - 3.
BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução n. 5, de 17 de dezembro de 2009: Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: MEC/CNE, 2009.
BUENO, R. P. A Arte na diferença: u estudo da relação da arte/conhecimento do deficiente mental. 2002. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, São Paulo.
CASTRO, J.M.; REGATTIERI, M. Interação Escola família: subsídios para práticas escolares. Brasília: UNESCO, MEC, 2009.
COLL, C. Conocimiento psicológico y práctica educativa. Barcanova, Barcelona, 1989.
CRUZ, T. Autismo e Inclusão: experiências no ensino regular. Jundiaí: Paco editorial, 2014.
EFLAND, A.D. Arte y cognición: la integración de las artes en el currículum. Barcelona: Octaedro EUB (Ediciones Universitarias de Barcelona), 2004.
FERNANDES, L.B. Ensino de arte no universo autista: um relato de extensão da faculdade de artes do Paraná. 2010. 162f. Dissertação (Mestre em Educação) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2010.
FERRAZ, M.H.C.T; FUSARI, M.F.R. Metodologia do ensino de arte. São Paulo: Cortez, 1993.
FREITAS, N.K. Desenhos, Imagens e significados de professores e alunos com necessidades educativas especiais em escolas com educação inclusiva. In.: Revista Da Pesquisa. 2007.
GRANDIN, T. Mistérios de uma mente autista. Joinville: Clube de Autores Publicações, 2011.
KASSAR, M.C.M. Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios... Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 41, p. 61-79, jul./set. 2011.
MANTOAN, M.T.E. Inclusão Escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.
MARTINS, M.C. Conceitos e terminologia - Aquecendo uma transforma-ação: atitudes e valores no ensino de Arte. In: BARBOSA, A.M. (Org.). Inquietações e mudanças no ensino da arte. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003. p. 49-60.
MATOS, S.N.; MENDES, E.G. A proposta de inclusão escolar no contexto nacional de implementações das políticas educacionais. Práxis Educacional, Vitória da Conquista, v. 10, n. 16, p. 35-59, Jan./Jun., 2014.

NILSSON, I. Introdução à educação especial para pessoas com transtornos de espectro autístico e dificuldades semelhantes de aprendizagem. Congresso Nacional sobre a Síndrome de Autismo 2004. Disponível em: http://www.ama.org.br/download/Autismo-IntrodEducEspecial.pdf. Acesso em: 13 jul. 2024.
ORRÚ, E.S. Autismo, linguagem e educação: interação social no cotidiano escolar. Rio de Janeiro: Wak, 2012.
SAGE, D.D. Estratégias práticas para a comunicação com todos os alunos. IN:STAIMBACK, Susan; SAIMBACK, William(orgs.) Inclusão: um guia para educadores. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.
SILVA, A.R.R. da. O Mito Individual do Autista. In: ROCHA, P. S. (Org.) Autismos. São Paulo: Escuta; Recife, PE: Centro de Pesquisas em Psicanálise e Linguagem, 1997.
TARDIF, M. Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários: elementos para uma epistemologia da prática profissional dos professores e suas consequências em relação à formação para o magistério. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 13, n. 5, p. 5-24, 2000.

VERCELLI, L.C. O trabalho do psicopedagogo institucional. Revista Espaço Acadêmico. São

Paulo, 2012.
WEISS, M.L.L. Psicopedagogia institucional: controvérsias, possibilidades e limites. In: SARGO, Claudete (org). A práxis psicopedagógica brasileira. São Paulo: ABPp, 1994.